



REGISTRO CIVIL

DE PESSOAS NATURAIS DO 1º DISTRITO DE DUQUE DE CAXIAS

Ao 1º Registro Civil das Pessoas Naturais, Duque de Caxias-RJ

Requerimento de Alteração de Prenome art. 56, Lei 6.015/1973 (Modelo 1) Anexo I

I-Requerente

Estado Civil: _____, Nacionalidade: _____,
Profissão: _____ Naturalidade: _____ UF: _____
CPF nº _____, Portador(a) da Identidade nº _____
data expedição: ____/____/____, Órgão Emissor: _____
Telefone nº _____, _____
E-mail: _____

II-REQUERIMENTO: Com fulcro no disposto pelo art. 56, da Lei 6.015/1973, o REQUERENTE acima indicado, registrado no Livro A _____ fls _____ termo nº _____
Nome do Cartório: _____

vem, respeitosamente, requerer, a V.Sa., a **INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PARA ALTERAÇÃO DE PRENOME**, de modo que a passe a ser identificado como

III-DECLARAÇÕES SOB AS PENAS DA LEI:

O(A) REQUERENTE DECLARA que:

a) a alteração ora requerida está de acordo com seu nome atual e que respondo civil e criminalmente pela veracidade desta afirmação. Declara, ainda, que não é parte em ação judicial em trâmite sobre alteração de prenome ou, em caso de ação judicial com o referido escopo, que ela já foi devidamente arquivada, conforme certidão anexa.

b) não possui passaporte, identificação Civil Nacional (ICN) ou cédula de identidade RG emitida em outra unidade da Federação; OU possui Passaporte nº _____

(Órgão emissor): _____, ICN nº _____,
(Órgão emissor): _____, cédula de
identidade nº _____, órgão emissor: _____,
e inscrito perante o CPF sob nº _____;

c) Está ciente de que não será admitida outra alteração de prenome por este procedimento diretamente perante Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, resguardada a via judicial;

d) está ciente de que deverá promover a alteração nos demais registros que lhe digam respeito, direta ou indiretamente, e em respectivos documentos de identificação. Ciente do AVISO 715/2022 DE 19/12/2022, D.O. E PROVIMENTO Nº 137 de 06/12/2022 atualizar seus documentos após alteração do nome, RG, CPF, TÍTULO DE ELEITOR, ETC.

IV-FUNDAMENTO JURÍDICO: O presente requerimento está fundamentado no art. 56 da Lei 6.015/1973.

Por ser verdade, firmo o presente termo.

Duque de Caxias-RJ, ____/____/____

Assinatura do(a) Requerente

Assinar na presença do funcionário do cartório

Tel.: 21 2759-7788 / cartoriocentrocaxias@gmail.com
Rua Deputado Ampliato Cabral, 139 Jardim 25 de Agosto,
Duque de Caxias, RJ CEP 25070-370



**DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ALTERAÇÃO DE PRENOME CONFORME
Artigo 56 da Lei 6.015/1973 e Art. 855 do Código de Normas da CGJ RJ.**

- () Certidão de nascimento, emitida há menos de 90 (noventa) dias contados da data da apresentação do documento para o procedimento;
- () Certidão de casamento, se for o caso;
- () CPF;
- () Registro geral de identidade (RG);
- () Identificação civil nacional (ICN), informar se não houver;
- () Carteira nacional de habilitação (CNH), informar se não houver;
- () Passaporte, informar se não houver;
- () Título de Eleitor, informar se não houver;
- () Carteira de identidade social, se for o caso;
- () Carteira de trabalho e previdência social e carteira emitida por órgão profissional regulamentado, informar se não houver;
- () Comprovante de endereço emitido há menos de 90 (noventa) dias, devidamente acompanhado da declaração de domicílio dos últimos 5 (cinco) anos;
- () Certidão do distribuidor federal cível, criminal e de execução penal do local de residência dos últimos 5 (cinco) anos (www.cjf.jus.br/cjf/certidao-negativa);
- () Certidão da Vara de Execuções Penais do Rio de Janeiro-RJ (VEP - Vara de Execuções Penais. Endereço: Avenida Erasmo Braga, nº 115 - 3º andar - Centro, Rio de Janeiro RJ - Lâmina II)
- () Certidão do distribuidor estadual cível, criminal e de execução penal do local de residência dos últimos 5 (cinco) anos (www4.tjrj.jus.br/Portal-Extrajudicial/certidao/ - modelo fins especiais);
- () Certidão dos tabelionatos de protestos do local de residência dos últimos 5 (cinco) anos;
- () Certidão da Justiça Eleitoral do local de residência dos últimos 5 (cinco) anos;
- () Certidão da Justiça do Trabalho do local de residência dos últimos 5 (cinco) anos;
- () Certidão de Quitação de Obrigações perante a Justiça Militar, se for o caso.

A falta de documento listado impede a alteração, aplicando-se o disposto no artigo 198 da Lei nº 6.015/1973 em caso de impossibilidade de cumprimento da exigência ou inconformismo do requerente.